

PROJETO DE LEI N.º 1.361, DE 2023

(Do Sr. Delegado Caveira)

Acrescenta parágrafo ao Art.1.210, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para possibilitar a utilização das forças de segurança pública na retomada da posse de propriedades rurais e urbanas que tenham sido invadidas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1090/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. Delegado Caveira)

Acrescenta parágrafo ao Art.1.210, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código possibilitar Civil) para utilização das forças de segurança pública na retomada posse da de propriedades rurais e urbanas que tenham sido invadidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 1.210, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 1.210	
§ 1°	
§ 2º	

- § 3º O proprietário, detentor e/ou ocupante de propriedade rural ou urbana invadida, poderá requerer o auxílio das forças de segurança pública para a reintegração da mesma, mediante apresentação de documentos comprobatórios, tais como:
 - I escritura pública;
 - II contrato de compra e venda;
 - III contrato de aluguel;
 - IV contrato de arrendamento:
- V comprovantes de concessionárias permissionárias de serviços públicos.



a) Os documentos relacionados nos incisos I, II, III, IV, poderão ser apresentados em nome de parentes consanguineos em linha reta e colateral até o 3º grau."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

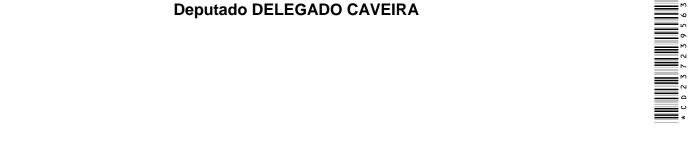
JUSTIFICAÇÃO

A retomada de ações de invasão, ocupação e até de depredação de propriedades rurias urbanas. е aumentaram consideravelmente, e tem gerado prejuízos e insegurança, principalmente ao campo.

A presente proposta tem a finalidade de facilitar a reitegração da posse de propriedades rurais e urbanas, minimizando os custos do processo de reintegração. É sabido que muitas vezes os valores elevados das causas de tais ações desestimulam a busca por justiça, e muitas vezes os requerentes não conseguem arcar com as despesas.

Nesse sentido esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares na aprovação da presente proposta.

> Sala das Sessões, em de de 2023.





LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI № 10.406, DE 10 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200201-
JANEIRO DE 2002	<u>10;10406</u>
Art. 1210	

FIM DO DOCUMENTO